



A PRODUÇÃO DE GEOGRAFIAS URBANAS DESIGUAIS NA AMÉRICA LATINA: O CASO DA COCAÍNA EM SÃO PAULO E BOGOTÁ¹

**The production of unequal urban
geographies in Latin America:
the cocaine case in São Paulo
and Bogotá**

DOI 10.29327/2797743.2.1-1

RESUMO

Desde a década de 1980, a arrancada das políticas “neoliberais”, a exaltação do sistema financeiro e a intensificação dos fluxos comerciais e de mercado têm mantido sua hegemonia na economia mundial. Neste texto, são expostas reflexões sobre as forças disparadas pelo consumo de drogas no espaço público e os projetos urbanísticos que surgem como solução na produção do espaço de cidades como São Paulo e Bogotá. A proposta do texto é evidenciar o papel da cocaína no mercado e na geopolítica mundial, e como intervenções motivadas pela ideia de 'guerra às drogas' servem de alimento ao capitalismo neoliberal na produção de contextos de vulnerabilidade em determinados territórios. A partir de levantamentos bibliográficos diversos, busca-se uma reflexão sobre aspectos sócio-históricos-geográficos da cocaína no desenho das ações políticas e econômicas de duas cidades latino-americanas. A partir do dispositivo das drogas, este texto reflete como o mercado, a moral e as políticas de drogas atuam na reprodução de geografias historicamente desiguais em contextos urbanos.

Palavras-chave: Cocaína fumada. América Latina. Cidade. Desigualdade. Moral.

Thiago Godoi Calil da Costa

Universidade Estadual Paulista

E-mail: calil.thiago@alumni.usp.br

Orcid: orcid.org/0000-0003-1052-6578

Rubens de Camargo Ferreira Adorno

Universidade de São Paulo

E-mail: rubens.adorno@gmail.com

Orcid: orcid.org/0000-0002-8772-3222

ABSTRACT

Since the 1980s, the upsurge of “neoliberal” policies, the exaltation of the financial system and the intensification of trade and market flows have maintained its hegemony in the world economy. This text presents reflections on the forces triggered by drug consumption in public space and the urban projects that emerge as a solution in the production of space in cities like São Paulo and Bogotá. The purpose of this text is to highlight the strengths and possibilities of the role of cocaine in the market and in world geopolitics, and how interventions motivated by the idea of the 'War on drugs' serve the neoliberal capitalism in the production of contexts of vulnerability in certain territories. Based on several bibliographic surveys, we seek to reflect and deepen the socio-historical-geographic aspects of the role of cocaine in the design of political and economic actions in the two cities in the Latin continent. From the drug device, in this case, cocaine, this text aims to reflect on how the market, morality and drug policies act in the reproduction of historically unequal geographies in a Latin urban context.

Keywords: Smoked cocaine. Latin America. City. Inequality. Morality.

¹ Entre outras fontes, este artigo contém trechos e reflexões da tese de doutorado do autor.

INTRODUÇÃO

Não deixaremos uma coisa pequena como as drogas ficar no caminho de situações políticas.

Fala de oficial do alto escalão do governo dos EUA em 1988
(Scott e Marshall, 1991)

A foto do planeta Terra, registrada pelo astronauta William Anders durante a missão Apollo 8 da NASA¹ em 1968, nos fez compreender nossa existência por outros prismas. Sobre a significativa representação da foto intitulada ‘nascer da Terra’, que retratou o planeta azul flutuando na escuridão do espaço, o astronauta da missão Apollo 8 costuma mencionar que foram explorar a Lua e descobriram a Terra². A imagem, transmitida por todo o globo, suscitou sentimentos que, pela primeira vez, transcenderam a sensação de separação e fronteiras geográficas, inaugurando uma representação visual e subjetiva de unicidade em nosso planeta. Porém, para além de um ponto de vista exterior que possibilitou a até então inédita totalidade do planeta em uma única imagem, a ideia de uma unidade global foi também aplicada no aspecto econômico, que, a partir da desregulamentação do mercado financeiro mundial, favoreceu o crescimento da economia política do capitalismo internacional a partir da década de 1970 (Harvey, 2015). Entre as diferentes perspectivas de totalidade entre a imagem do espaço do fim dos anos 1960 e a atual exaltação dos preceitos econômicos neoliberais impulsionados pelo termo “globalização”, assistimos à transferência da centralidade do Estado para Instituições Financeiras internacionais que passaram a controlar o mercado mundial e o fluxo de capital entre nações e seus centros urbanos.

A noção moderna dos fluxos globais contempla uma otimização dos circuitos da economia mundial de produtos, entretanto, a circulação global de mercadorias como um dos elementos constitutivos não é recente. Apesar da movimentação global de mercadorias acontecer no planeta pelo menos desde 1492 – época conhecida pelas grandes navegações e circulação das especiarias –, é a partir da década de 1970 e 1980 que as iniciativas para a exaltação do mercado se tornaram regra quase que absoluta. Vale recordar que uma das primeiras e principais mercadorias que passaram a cruzar os oceanos e circular em nível global no período das grandes navegações foram as drogas (Araújo, 2012, p. 41). Substâncias sacadas de seu contexto original que passaram a ter seus usos ressignificados por todo o planeta. O uso tradicional indígena de tabaco, que é nativo das Américas, representa bem o alcance e a atribuição de novos sentidos ao uso das substâncias nas mais diversas culturas, sociedades e contextos ao longo da história (Escotado, 2004, p. 69). Com a coca não foi diferente. As estimativas mais antigas de seu uso e cultivo datam de 3.000 A.C. em peças de cerâmicas da cultura Valdivia encontradas no Equador, entretanto, sua presença alarga-se pelas Américas Central e Sul, onde existem evidências de seu uso desde a Nicarágua até noroeste da Argentina (Santoni; Torres, 2010). Os arbustos de coca são originários das montanhas andinas na América do Sul e já eram elementos importantes para a economia Inca (Pinzón, 1999), e, após o primeiro contato dos europeus com a substância no século XVI, a economia da coca-cocaína tornou-se motivo de fetiche, ganância e poder, passando a circular por todo o globo e sustentando economias coloniais, principalmente no auge do comércio legal da coca no final do século XIX e início do século XX (Restrepo, 2018, p. 239).

¹ *National Aeronautics and Space Administration* ou Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço é uma agência do Governo Federal dos EUA responsável por pesquisa e desenvolvimento de tecnologias e programas de exploração espacial.

² “Há exatos 50 anos, a tripulação da Apollo 8 foi a primeira a partir rumo à Lua”. Publicado por Patrícia Gnipper, em Canal Tech, 21 dez. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3hAIK3L>. Acesso em: 15/04/2021.

O curioso, e até esperado, é que, justamente no mesmo período em que o mercado financeiro mundial passava por novos arranjos na circulação de capital financeiro e material, entre os anos 1970 e 1980, a economia ilícita da coca-cocaína também se juntava a essa esteira com o acirramento das políticas de drogas proibicionistas alavancada pelos EUA (Carneiro, 2017, p. 28). Com a desregulamentação do mercado internacional, o tráfico de drogas ilegais também encontrou suas formas de se beneficiar das lucrativas possibilidades promovidas pela lógica da economia “neoliberal”, e assentou-se nas mais diversas rotas rumo à multiplicidade de solos urbanos. A atual circulação geográfica da cocaína, por meio do tráfico internacional de drogas, apresenta pistas sobre a movimentação de exorbitantes valores financeiros e as possíveis consequências da territorialização de seu consumo em determinados espaços (Abreu, 2017, p. 21; Calil, 2015, p. 47). Segundo o relatório sobre ‘Crimes transnacionais e o mundo em desenvolvimento’ da *Global Financial Integrity*, publicado em 2017 (GFI, 2017, p.4), somente em relação à cocaína, estimou-se uma movimentação financeira entre US\$94 e US\$ 143 bilhões de dólares em 2014. Na Colômbia, uma estimativa realizada entre 1981 e 2009 aponta um fluxo de capital ilícito com o mercado das drogas ilegais em 44 bilhões de dólares, apontando uma média de 1,6 bilhões ao ano (GFI, 2019, p.07).

Atualmente, seu consumo é pulverizado na forma de crack, *paco*³ ou *basuco*⁴ pelos mais variados contextos urbanos. Recente estudo, realizado entre 2014 e 2018 e publicado em 2019 sob o título *Mercados de cocaína fumable en América Latina y el Caribe*, traz informações que cidades da América Latina e do Caribe como São Paulo, Bogotá, Buenos Aires, Lima, Medellín, San José, Castries, Salvador, Montevideo, Tijuana, Santo Domingo e muitas outras, estas apresentam, em suas regiões centrais, concentrações de pessoas que usam crack (CORTÉS; METAAL, 2019, p.4). São Paulo, no Brasil, e Bogotá, na Colômbia são centros urbanos que representam bem a produção de dinâmicas internacionalmente reconhecidas em torno do uso de crack. Decisões administrativas históricas, somadas às atuais estratégias estatais nas regiões conhecidas por ‘Cracolândia’ em São Paulo e ‘Bronx’ em Bogotá, por exemplo, produzem e reproduzem espaços que apresentam condições de extrema vulnerabilidade social e econômica. Nestes territórios concentra-se o uso de crack no espaço público, e a vida cotidiana das pessoas é constantemente assolada por violações, por parte da sociedade e do Estado, na reprodução do estigma e na implantação de projetos urbanos de ‘requalificação urbana’ sob justificativas de combate à ilegalidade (Calil, 2021a, p.41; Tovar *et al.*, 2017, p.23).

Atualmente, as políticas de drogas dos mais variados países majoritariamente proíbem o consumo e comércio de coca-cocaína, mas esta economia ilícita, carregada de cargas morais, traz consigo inquietantes indagações: Que dinâmicas e ambientes são produzidos pela inserção totalmente ressignificada e mercantificada da economia da coca-cocaína nas cidades latino-americanas? Quais interesses associados à cocaína refletem nos arranjos geopolíticos e urbanos em um mundo teoricamente ‘globalizado’? Qual a relação das plantações de coca na Colômbia e as desapropriações realizadas por governos em espaços que concentram o uso de crack para a implantação de projetos de renovação urbana nas áreas centrais das cidades?

Com esta breve apresentação, este texto traz reflexões sobre como a economia ilegal e o circuito internacional da cocaína, e seu consumo por via fumada no espaço público urbano, podem induzir a capitalização de determinados territórios na produção do espaço na América Latina. A proposta é evidenciar as forças e possibilidades do papel da cocaína no mercado e na geopolítica mundial, e como intervenções motivadas pela ideia de ‘Guerra às drogas’ servem de alimento ao capitalismo neoliberal na produção de contextos de vulnerabilidade em determinados territórios. A partir de levantamentos bibliográficos diversos, busca-se uma reflexão e aprofundamento sobre os aspectos sócio-históricos-geográficos do papel da cocaína no desenho das ações políticas e econômicas no continente latino-americano. Veremos que,

³ Paco é o termo usado para representar a cocaína fumada na Argentina.

⁴ Basuco é o termo usado para representar a cocaína fumada na Colômbia.

por meio de tecnologias de controle, a geopolítica das drogas acentua desigualdades e torna-se tema central de investigação para ampliar a compreensão dos efeitos de políticas de drogas proibicionistas na região (Vasconcelos, 2019, p. 201).

INTERESSES EM JOGO

É certo que, para além do lucro financeiro ilegal, o tráfico internacional de drogas também faz circular poder político e rearranjos monetários na economia formal. A lucrativa venda de cocaína como *commodity* ilícita pauta negociações e ajustes espaciais no tabuleiro da geopolítica e dos planejamentos urbanos atrelados aos interesses do capital. Neste cenário, a política de ‘Guerra às drogas’, promovida pelos Estados Unidos da América (EUA) do Norte a partir dos anos 1970, é elemento importante nesta trama entre a moral, o mercado e a produção do espaço. Com o esfriamento da Guerra Fria no fim dos anos 1980, os EUA iniciaram uma cruzada de intervenções internacionais na questão das drogas para justificar a perseguição aos movimentos comunistas pelo mundo, e, a partir de interesses geopolíticos, atrelavam esses ‘inimigos comunistas’ (movimentos sociais e demais grupos na luta por direitos humanos) à ilegalidade e criminalidade no continente americano. As drogas caíram na armadilha de inimigos da Saúde Pública, e essa posição fabricada passou a legitimar diversas intervenções políticas e repressivas para cessar sua produção, comércio e consumo em diferentes partes do planeta. Segundo o doutor em relações internacionais Thiago Rodrigues, este momento demarca a mudança de uma era de conflitos para outra (Rodrigues, 2010, p. 7). Nos anos 1980, a declaração de que as drogas eram o inimigo número ‘1’ dos EUA e a implantação de políticas duramente repressivas sob a presidência de Ronald Reagan, expuseram os objetivos bizarramente conflitantes do país na América Central e na América do Sul (Scott; Marshall, 1991; Araújo, 2012).

De forma contraditória e paradoxal, ao passo que disparava inúmeras estratégias de combate ao tráfico internacional, o governo de Washington DC foi conivente com a entrada de exorbitantes quantidades de cocaína em seu território ao financiar e proteger grupos que combatiam as insurgências revolucionárias na América Latina, principalmente na América Central. A ironia é que esses grupos recebiam, também, apoio financeiro do mercado ilegal de cocaína. A intenção principal era proteger e equipar iniciativas para depor o regime Sandinista na Nicarágua, mas declarar publicamente o apoio ao tráfico de drogas por interesses geopolíticos não caíria bem. Ou seja, sim, os EUA, via CIA⁵ e sob o conhecimento e autorização da Casa Branca, fizeram a chamada ‘vista grossa’ para o tráfico internacional em determinados contextos, facilitando também, naquela época, o negócio das drogas no Panamá, México, Honduras, Cuba e Costa Rica (Scott; Marshall, 1991). Assim, essa oculta parceria entre militares de países latino-americanos, agentes da CIA, lideranças guerrilheiras, traficantes e políticos do alto escalão de Washington DC, ‘abriu a porteira’ para o tráfico internacional de cocaína na América Central sob proteção dos EUA.

Obviamente este episódio sofreu inúmeras tentativas da Casa Branca de guardar sigilo e manter confidencialidade do caso, mas Peter Scott e Jonathan Marshall fizeram um denso levantamento sobre o abafamento deste episódio conhecido como Iran-Contra. Os autores enfatizam a importância em destacar estes ocorridos para “evitar que o uso equivocado da temática das drogas tenha desenlaces políticos perigosos” (Scott; Marshall, 1991, p. 06). E assim, por impulsos geopolíticos, entre 1980 e 1990, o crack e a cocaína espalharam-se pelas américas e seus centros urbanos.

Apesar dos diversos tratados internacionais desde o início do século XX, que marcaram uma pactuação global em torno de uma política proibicionista em relação às mais variadas

⁵ Central de Inteligência do Governo dos Estados Unidos da América do Norte.

substâncias – Conferência de Xangai em 1909, Convenção de Haia em 1912 e a Convenção Única de Entorpecentes realizada em Nova Iorque em 1961 (Araújo, 2012; Torcato, 2016) –, na prática, é a partir dos anos 1980 que o tráfico de drogas passa a ser enfrentado internacionalmente. Até então, políticos de diversas nações não se opunham com veemência, afinal, muitos se beneficiavam das relações financeiras e da corrupção enraizada nas práticas ilícitas (Bowley, 2013), e esta corrupção, aliada aos interesses políticos dos EUA na região latino-americana, possui bases históricas (Rodrigues, 2010). No fim do século XIX, a América Central era dominada pelo monopólio de empresas estadunidenses que comercializavam frutas como a *United Fruit Company*. Na época, o porto da cidade de New Orleans, por exemplo, exigia o pagamento de taxas portuárias para organizar o descarregamento de produtos em suas docas. Entretanto, a abundância de bananas hondurenhas que chegavam a New Orleans não podia estragar esperando a autorização legal para descarga, e eram rapidamente descarregadas à base de extorsões por parte da aliança dos mercadores da banana. As rotas estabilizadas de banana e as negociações subterrâneas da corrupção deste mercado, facilmente tornaram-se rotas de cocaína entre a América Central e os EUA no início do século XX (Scott; Marshall, 1991). Já na segunda metade do século XX, quando o consumo de cocaína cresce nos EUA, a partir dos anos 1960, Honduras, que no final do século XIX era conhecida como a ‘República das Bananas’, nos anos 1980 passou a ser afamada como ‘República da Cocaína’ (Scott; Marshall, 1991).

A partir de 1986 os EUA conseguiram firmar o ‘*Drug Abuse Act*’⁶, que consistiu em estabelecer apoio a países que concordassem em cooperar com as investidas antidrogas de Washington sob a troca de receberem auxílio militar e financeiro (Bowley, 2013). As investidas norte americanas passaram a se intensificar, e na América do Sul, foi a Colômbia um dos principais alvos dos interesses dos EUA. O ‘Plano Colômbia’, executado no início dos anos 2000, realizou inúmeras fumigações de glifosato⁷ nos campos de cultivo do arbusto de coca. Esta ação, arbitrária e inconsequente, resultou na expulsão de muitos pequenos agricultores da zona rural, muitos deles não envolvidos com o plantio de coca, além de empurrar a dinâmica do tráfico para outras áreas do país como a costa Pacífica e centros urbanos (Paley, 2018).

O alto índice de remoções de pessoas disparadas pelo ‘Plano Colômbia’ ainda ocorre na zona rural colombiana, e apresenta consequências na migração para as cidades como uma das únicas alternativas dos camponeses, e, conseqüentemente, colabora para a produção de pessoas em situação de rua na crítica desigualdade urbana colombiana. Além disso, durante o período do ‘Plano Colômbia’, nem o cultivo de coca na Colômbia, e nem a entrada de cocaína nos EUA, apresentaram diminuição em suas respectivas cifras. (UNODC, 2019; UNODC, 2019a). Entre 2006 e 2016, apenas em 2012 e 2013 a Colômbia figurou atrás do Peru como principal país com maiores extensões de campos de cultivo do arbusto de Coca (UNODC, 2018). Neste cenário, a Colômbia desponta simultaneamente como o principal país cultivador de coca e produtor-exportador de cocaína. Ademais, a violência aumentou a partir de 2002, e, na perspectiva declarada de coibir o tráfico de drogas, o ‘Plano’ certamente foi um fracasso (Rodrigues, 2010). Entretanto, seu sucesso se deu nas intenções subterrâneas do Governo de Washington de praticar, na Colômbia, seu laboratório político latino-americano, por meio de estratégias de controle social e apropriação de terras e territórios.

⁶ ‘Ato de Abuso de Drogas’.

⁷ Herbicida não-seletivo N-(fosfonometil) glicina (JUNIOR *et al*, 2002) pulverizado nas plantações na tentativa de matar as plantas. Entretanto, além de eliminarem outros cultivos de subsistência camponesa, atualmente, há suspeitas de novas espécies de plantas de coca que sejam resistentes ao herbicida (“A misteriosa supercoca colombiana”. Publicada por Thiago Lotufo em Super Interessante, 16 out. de 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3yqi37L> /. Acesso em 29 jul. 2021.

O combate às insurgências comunistas que motivou as intervenções dos EUA não foi os únicos objetivos das ações da 'Guerra às Drogas'. Tais intervenções também almejavam novos negócios e mercados na economia capitalista global, e a exploração de riquezas naturais em terras sul-americanas certamente fez 'brilhar os olhos' das políticas externas e comerciais dos EUA (Araújo, 2012). As terras indígenas na região de Putumayo, desapropriadas pelas fumigações e pela violência de movimentos paramilitares, foram tomadas pelo Estado para 'entrega' a empresas transnacionais (Paley, 2018, p.86). A expansão de petrolíferas canadenses em território colombiano, por exemplo, é consequência direta de desdobramentos do 'Plano Colômbia', que contou com parceria e assessoria jurídica ao governo Colombiano da '*Canadian International Development Agency*' e da '*Canadian Energy Research Institute* de Calgary'. Esta assessoria, mediada pelo Governo de Washington DC, visou à reforma de leis internas na Colômbia, como, por exemplo, a 'nova lei dos hidrocarbonetos', para melhorar as condições de investimento na Colômbia no ramo da mineração e petróleo. Contudo, estas ações foram justificadas, desenhadas e integradas às estratégias de guerra às drogas apresentadas no 'Plano Colômbia', e com este pano de fundo, o 'boom' do petróleo colombiano, no início do século XXI, realmente não foi um acaso. Empresas petrolíferas canadenses tornaram-se administradoras de gigantescas porções de terras colombianas sob proteção de forças militares dos EUA para seguirem sugando o ouro negro (Paley, 2018, p.87). Uma parceria que delineou um tratado de livre comércio ente EUA, Canadá e Colômbia, que, por meio de multinacionais canadenses, visou integrar o mercado colombiano ao capitalismo global. Segundo a jornalista e doutora em sociologia Dawn Marie Paley, "o que o governo dos EUA aprendeu com o Plano Colômbia? Primeiro, que a guerra contra as drogas pode ser usada como um mecanismo para promover políticas favoráveis aos negócios" (Paley, 2018, p.89 - tradução minha).

A intenção aqui não é simplificar e padronizar as relações políticas dos EUA a partir de situações particulares com países da América Central que, certamente, têm suas inúmeras especificidades, e nem considerar que a experiência do 'Plano Colômbia' seja uma regra, apesar de ter sido adaptada para intervenções no México pela Iniciativa Mérida a partir de 2007 (Rodrigues, 2010, p.11). A ideia é levantar informações que apontem como - seja na América Central, no Brasil ou na Colômbia - a comercialização, fluxo e consumo de cocaína tornou-se pivô de justificativas e negociações diplomáticas para assegurar determinados ganhos financeiros e conquistas políticas. Em escalas nacionais, após a Colômbia, atualmente o México é a bola da vez (Paley, 2018), e nas escalas locais das cidades, como referido acima, São Paulo e Bogotá figuram entre as protagonistas. (Calil, 2021).

Os episódios retratados acima situam como determinadas ações geopolíticas e intervenções internacionais globais - a partir de interesses muito particulares - mostram-se pouco preocupadas com as consequências nas realidades locais que desgarram de suas ações. As situações apontadas foram/são significativamente relevantes no processo dos EUA de buscar a proliferação do livre mercado global sob sua tutela e controle (Harvey, 2015, p.121). Como vimos, o episódio Iran-Contra, na América Central, apresenta participações do Governo de Washington na facilitação ao livre mercado da cocaína e, conseqüentemente, no fortalecimento do tráfico internacional e na distribuição das drogas pelo planeta. Como ponto de ancoragem, a cocaína fumada, na forma de crack, tornou-se protagonista em determinados espaços de uso de drogas nos centros urbanos, produzindo territórios submetidos à lógica das 'transitoriedades permanentes', que, segundo a professora Raquel Rolnik, são espaços submersos na ambiguidade do legal/ilegal, legítimo/ilegítimo e autorizado/não-autorizado (Rolnik, 2019), onde a aplicação da lei é arbitrária. O crack, ao carregar estigmatizações morais em torno do consumo de drogas ilícitas, entra como elemento que chancela o processo de desvalorização-revalorização do solo urbano, tornando estes territórios 'bodes expiatórios' necessários para a implantação de projetos urbanísticos de 'renovação urbana' (Calil, 2021). Assim, estes espaços transformam as cidades em arenas de disputas em que a especulação

imobiliária e o higienismo urbano integram as estratégias das novas acomodações do capital em espaço urbano (Rolnik, 2019; Rolnik; Calil, 2021). Esta lógica de investimentos financeiros submete determinados territórios e seus habitantes a constantes ameaças de remoções, despejos e violências provocadas pela homogeneização social dos projetos de renovação urbana.

O mundo contemporâneo é marcado pelos fluxos de mercados globais, e este movimento caracteriza o termo que comumente reconhecemos por 'globalização'. Porém, é necessário atentarmos para outros interesses inerentes à movimentação global de tecnologias, informações, pessoas e capital que associamos à noção de 'globalização', e é neste ponto que os interesses geopolíticos ganham destaque. O termo 'globalização' aparece entre aspas, pois prefiro acompanhar Harvey em outra perspectiva para nos aproximarmos desta questão. Em livro intitulado 'Espaços de Esperança', o autor aponta certa indiferença que damos à produção dos espaços e propõe a mudança de linguagem de 'globalização' para 'desenvolvimentos geográficos desiguais', pois este deslocamento é capaz de proporcionar positivas consequências políticas ao nos libertar da "linguagem mais opressiva e restrita de um processo onipotente e homogeneizador de globalização" (Harvey, 2015, p. 88). Esta mudança de terminologia é fundamental para compreender as potências, limites e consequências dos processos econômicos, políticos e sociais em determinados contextos, e assim examinar, com mais cautela, as possíveis variáveis para os desenvolvimentos geográficos desiguais dos lugares, seja no aspecto negativo ou positivo. Os contextos que concentram o uso de crack em cidades como São Paulo e Bogotá apresentam desigualdades históricas, e a lógica mercantil da implantação dos projetos de renovação urbana amparados na degradação social, justificada pelo consumo de crack, acentua violações e desigualdades na produção da cidade.

É relevante dedicar atenção aos desenvolvimentos geográficos desiguais dos lugares dentro das cidades, pois o olhar para estas questões pode abrir possibilidades para alternativas na produção de espaços públicos e comunidades que sejam menos excludentes e menos violentas, e que, de fato, interessem ao bem comum. Para isso, preservar a heterogeneidade social e compreender as especificidades dos diferentes contextos é fundamental. A terapeuta ocupacional Isabela Umbuzeiro Valent, que realiza investigações sobre a possibilidade de práticas coletivas, traz rica reflexão sobre a importância da escuta territorial e as trocas de experiências entre diferentes atores. Nas palavras de Valent:

Ao invés de tentarmos corrigir, é preciso ouvir os sintomas, entrar em contato com eles, compreendê-los como canais de comunicação com necessidades vivas que buscam formas de ser atendidas. Escutar o que dizem as vozes delirantes ao invés de sintetizar drogas para silenciá-las. Multiplicar espaços coletivos para essa expressão e escuta é vital para acolhermos aquilo que brota e precisa encontrar passagens para crescer e conviver com o que já existe". (Valent, 2019, p. 184).

Por muito tempo, a ideia de 'globalização' foi apresentada como uma virtude que traria 'desenvolvimento econômico' para as nações, mas localmente esconde as mazelas, violações e prejuízos que a acompanham, invariavelmente, em diferentes partes do globo. Esta narrativa, apoiada no desenvolvimento econômico, ocultou as disparidades e os desequilíbrios, tornando lugares e populações inteiras seletivamente vulneráveis, enquanto o poder e a riqueza são seletivamente distribuídos entre poucos. Uma produção de desigualdades cada vez mais acentuadas e polarizadas, e, segundo Harvey (2015,) são estes os ajustes espaciais do capital que sustentam a vitalidade do sistema capitalista. Nesse cenário, de distribuição

seletiva de riquezas ou violações, a América Latina possui protagonismo histórico no cenário global.

Desde a época das *plantations* no Caribe e América Central com a *United Fruit Company*, da mineração de prata peruana, da borracha e da cana brasileira, ou do ouro e das folhas de coca colombianas, a América Latina é constantemente submetida a uma expropriação das riquezas naturais e minerais e a uma produção de *commodities* despreocupada com a realidade local, ou seja, não visando à subsistência interna, mas sim ao mercado internacional. Esse é o modo capitalista de ser. David Harvey acrescenta que o capitalismo não sobrevive sem estes necessários ‘ajustes espaciais’, e estas reorganizações geográficas são fundamentais para lidar parcialmente com as crises inerentes ao sistema (Harvey, 2015). Contudo, no processo de desenvolvimento geográfico desigual, é preciso estar atentos às diferentes escalas em que se manifesta a desigualdade, pois este ponto é onde o ajuste espacial “necessita de um movimento incessante de desvalorização [...] para poder abrir caminho à criação de nova riqueza” (Rolnik, 2015, p. 110). É aí que as cenas de uso de drogas no espaço público podem ser compreendidas como artifício de desvalorização para posterior investimento, especulação imobiliária, renovação urbana e consequente novo ciclo de acumulação de capital nas cidades. É certo que devemos considerar as especificidades de cada cidade na produção dos espaços e dinâmicas que concentram o uso de cocaína fumada. As trajetórias de territórios nas cidades de São Paulo e Bogotá, por exemplo, ilustram como decisões administrativas e políticas evidenciam que as características de degradação urbana e social não estão relacionadas, necessariamente, à ausência do Estado. Este, jamais esteve ausente nestes territórios, pois é uma constante a presença das forças policiais de segurança pública e as inúmeras tentativas de implementação de projetos urbanísticos de ‘requalificação urbana’ (Calil, 2021a; MENEZES, 2016; Rui, 2014; Suárez, 2012; Tovar *et al.*, 2017). Ademais, paradoxalmente, a presença do Estado é marcada justamente pela ausência de políticas de moradia, trabalho, assistência e cuidado, restando à população local sobreviver de dinâmicas informais, e por vezes ilícitas, constituindo uma população que Varanda e Adorno nomeiam de ‘descartáveis urbanos’ (Varanda; Adorno, 2004, p.94). Em ambas as cidades, estes espaços historicamente acolhem dinâmicas de sobrevivência às margens dos sistemas formais de moradia, trabalho e renda, e quando são associados a dinâmicas em torno de drogas ilícitas como o crack, a produção e reprodução de um imaginário social do perigo é fortemente penetrada por uma paulatina desvalorização moral do espaço (Branquinho, 2007; Calil, 2021). Assim, como ponto de eclosão do processo de nova acomodação espacial do capital em território urbano, atualmente as cenas públicas de uso de crack em São Paulo e Bogotá, por exemplo, atravessam movimentos especulativos entre o Estado e a iniciativa privada, apoiados na moralidade proibicionista. Nas cidades, a tomada de decisão sobre os diferentes destinos de bairros e zonas pode denunciar os ajustes espaciais apontados por Harvey em uma escala local, e, assim, auxiliar na compreensão da teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais e as consequências de sua realização.

Como vimos, o ciclo da coca-cocaína nos coloca em contato com diferentes contextos de produção das geografias desiguais, desde os interesses geopolíticas até as cenas públicas de consumo de crack em contexto urbano, e, segundo Harvey (2015), a potência da análise consiste em se debruçar justamente nas mais variadas escalas. A economia da coca-cocaína apresenta a produção de desigualdades e violências em todo seu ciclo, desde a produção até o consumo. Em uma ponta da cadeia, os camponeses nas montanhas na Colômbia, que plantam e transformam a folha de coca em pasta-base de cocaína, representam a escala micro. Esta, em seguida, é abstraída pelo mercado e circulação global do tráfico internacional de cocaína e os interesses geopolíticos na escala macro, e, depois, retorna ao micro, na outra ponta da cadeia, nos contextos locais de uso de drogas nos espaços públicos urbanos. Nesta ponta da cadeia, nas cidades, a incessante busca por investimentos externos atrelados a projetos urbanísticos

de renovação atua na escala macro da produção das cidades. No micro, as consequências locais são expressas pelas violências físicas e simbólicas nos corpos e subjetividades de quem habita determinados espaços como os territórios que concentram o uso de crack. Esta amplitude no olhar é fundamental para análises sobre a vida política e social nas cidades e a produção de contextos latino-americanos de violência e vulnerabilidade.

A crescente urbanização mundial, a partir da primeira metade do século XX, está diretamente associada à ascensão de elites colonizadoras e às novas possibilidades de mercado derivadas da exploração natural e mineral em solo latino-americano. O crescimento da economia capitalista global, que passou a contar com a ascensão das economias latino-americanas no final do século XX, trouxe novos arranjos e desafios para as questões sociais, políticas e econômicas no continente (Almandoz, 2002). Em cidades como São Paulo e Bogotá, é possível acompanhar o desenvolvimento de uma espiral histórica de desigualdades sociais e urbanas que perpetuam condições díspares a partir dos diferentes arranjos nos fluxos de capital e na produção do espaço dentro das próprias cidades. Os contrastes entre os bairros de Jardim Europa e Campos Elíseos/Luz em São Paulo, ou *Chapinero* e *Ciudad Bolívar* em Bogotá, demarcam a desigualdade do desenvolvimento urbano pautado por acomodações políticas e financeiras.

É por meio desses desenvolvimentos geográficos desiguais que se evidenciam as contradições de trajetórias de cidades que são atravessadas pela lógica do capitalismo 'globalizado'. O desemprego, a segregação, o estigma, o racismo e a indiferença culminam nos espaços que acolhem as cenas de uso de drogas ilícitas no espaço público. Estas, às vezes, tornam-se os elementos necessários para justificar as oportunidades financeiras para o Estado e a iniciativa privada em projetos que visam à remoção da população local, ao invés de prover melhorias de qualidade de vida para quem historicamente ocupa o espaço. Esta é a realidade da implementação de projetos urbanos em cidades latino-americanas como São Paulo e Bogotá (Calil, 2021). Ao realizar esta análise sobre a produção de desigualdades a partir de arranjos econômicos e geográficos disparados pelos dispositivos das drogas, neste caso a cocaína, como vimos, é preciso associar as diferentes pontas da cadeia da economia coca-cocaína e abarcar amplas questões que, inicialmente, parecem desconectadas, como o campesino produtor rural das folhas e as transformações de requalificação urbana justificadas pelo assombro da cocaína fumada. No meio rural, os campesinos sofrem as consequências da criminalização e as ilusões proporcionadas pelas economias de ciclo-curto, e os reflexos sociais nas comunidades campesinas ilustram as consequências do proibicionismo (Pinzón, 1999 p. 82). Em meio urbano, as pessoas em situação de rua que fazem uso de crack e as demais pessoas que habitam os territórios que concentram o consumo de cocaína fumada formam uma população submetida a remoções e violências pelas implementações de projetos urbanísticos de 'requalificação urbana'. No campo, as plantações de coca; nas cidades, são as cenas de uso de drogas no espaço público que se tornam enclaves similares ao contexto campesino original no que tange a violações de direitos e expropriação do solo e das pessoas. Deste modo, no que tange à economia da coca-cocaína, as violações e a produção de desigualdades giram de forma cíclica.

A realidade de espaços públicos de uso de drogas no centro de São Paulo e Bogotá puxa uma associação ao conceito de 'urbicídio', pois a implementação dos projetos urbanísticos nestas cidades se baseia na destruição total do ambiente construído (Calil, 2021). Apesar de a ideia de 'urbicídio' trabalhar as questões de militarização e destruição bélica em contexto urbano, arrisco a emprestar-me do conceito na proposição de que a violência exercida nas cidades, e também contra as cidades, tornou-se uma ameaça onipresente nas urbanidades de nossos tempos, pois buscam varrer a ordem social por meio da destruição do espaço (Tinajero, 2019). Sejam as 16 quadras totalmente demolidas no antigo *Cartucho* e no *Bronx*, em Bogotá; ou os pelo menos 7 quarteirões arrasados na região da Luz em São Paulo, a

aproximação com o conceito aponta para políticas de negação da cidade por regimes violentos de total reconstrução do ambiente construído. E nas palavras de Giovanni Tinajero:

“Urbicídio” representa uma tentativa discursiva de indicar tanto a natureza sistemática dos ataques ao ambiente construído quanto o efeito politicamente prejudicial de tal violência. Em outras palavras, o “urbicídio” tenta mostrar que uma variedade de casos de destruição urbana compreende um único fenômeno, ao invés de casos isolados. Ao delinear tal fenômeno, “urbicídio” também representa uma tentativa de contestar a política subjacente a tal violência. (Tinajero, 2019, s/p).

Tragicamente, esta é a lógica dos projetos urbanísticos de requalificação urbana de espaços que concentram o uso de crack em cidades latino-americanas como São Paulo e Bogotá (Calil, 2021), e, por mais que sejam reconstruídos posteriormente, ocorrem na esteira da homogeneização do espaço, onde a diversidade e as memórias ali pré-existentes acabam resumidas em escombros. Além da extinção da heterogeneidade específica de cada território, ocorre também a segregação econômica-política-espacial proporcionada pelas remoções e deslocamentos forçados das pessoas de menor poder aquisitivo para regiões distantes das áreas centrais das cidades, e isso pode ser uma grave ameaça de políticas urbanas ‘urbicidas’ experimentadas em nosso continente (Mendonça, 2019). Esta reflexão faz crítica ao fator das demolições generalizadas em zonas históricas das regiões centrais de São Paulo e Bogotá para implantação de projetos urbanísticos. É preciso atenção para as intenções espaciais e sociais relacionadas à destruição total do ambiente construído nestas malhas urbanas submetidas às violências históricas alimentadas por moralismos, racismos e espoliações “determinadas pela estrutura socioeconômica” (Martins, 2011, p.63).

Portanto, soa incoerente escutar discursos de renovação urbana nos centros de cidades como São Paulo, por exemplo, quando o projeto se justifica pela grande oferta de moradias produzidas por uma PPP-Habitacional (Parceria Público-Privada), ao mesmo tempo que se subtrai a moradia de seus habitantes por meio de ações policiais, remoções violentas e destruição total do espaço. Nas ruas e nas vidas das pessoas, a oposição direitos-violações parece caminhar de mãos dadas/atadas. A partir desta reflexão sobre os processos globais de mercado e suas consequências na configuração desigual das geografias urbanas locais, as realidades de territórios como os espaços urbanos que concentram o uso de crack requerem uma importante e ampla discussão. Este texto é uma aproximação inicial sobre o tema, e, com sorte, poderá estimular novas investigações nesta articulação crítica entre drogas, cidade, moral, direitos e mercado.

GEOGRAFIAS DESIGUAIS PARA A DESIGUALDADE DE CIDADÃS E CIDADÃOS

A injustiça em qualquer lugar é uma ameaça à justiça em todo lugar.
Martin Luther King, Jr. (Carta escrita em uma prisão em
Birmingham, 16 de abril de 1963)

A geografia desigual na produção das cidades latino-americanas torna lugares como as cenas públicas de uso de drogas em enclaves urbanos, como ilhas de consumo de drogas em meio à agitada vida urbana. Ilhas disputadas por forças do Estado e por forças de seus habitantes locais, como as pessoas de baixa renda, pessoas em situação de rua e/ou que fazem uso de drogas. E são estes permanentes conflitos dentro dos limites e imediações desses territórios que geram ondas de violenta ‘ressaca urbana’. Os enclaves de precariedade e violência que caracterizam os espaços públicos de consumo de crack em São e Bogotá denunciam a

desigualdade política, econômica e social como elemento estrutural do desenvolvimento das cidades latino-americanas (Calil, 2021a).

As propostas de renovação urbana de áreas centrais que, historicamente, acolhem dinâmicas em torno do uso de drogas surgem na intenção de 'requalificar' o centro das cidades por meio da atração de novos investimentos e moradores com maior poder aquisitivo. Como resultado, estes territórios sofrem do paradoxo da carência de políticas públicas capazes de garantir o princípio da dignidade humana de determinadas partes da população, enquanto esbanjam medidas punitivas de repressão e remodelação urbana. Apresentam, assim, simultaneamente, ausências e excessos de políticas públicas idealmente antagônicas (Krupanski; Evans, 2020).

As remoções e desapropriações que ocorrem como resultado da implantação de projetos urbanísticos atingem todos os habitantes e moradores destes territórios. Para além da sistemática violência policial, estas violentas ações de desapropriação de parte da população local colocam em contato a pauta da moradia entre todos do território: os já calejados habitantes em situação de rua e/ou que fazem uso de crack, vítimas da histórica ausência de políticas de habitação, e a população local residente em moradias informais, pensões e ocupações, que passa a se encontrar também desprovida de acessos e garantias de moradia definitiva. Em São Paulo, por exemplo, a implantação do projeto urbanístico que visa 'requalificar' a região conhecida como 'Cracolândia' não obedece às leis de zoneamento municipal (Calil, 2021a), e, neste caso, temos uma demonstração nítida de como interesses políticos e econômicos tendenciosos da gestão pública refletem na produção de violências e vulnerabilidades na vida das pessoas (Han, 2012).

Ao se atentar para os fatos, é espantoso perceber os enormes esforços na luta pela garantia de direitos. Uma luta que, infelizmente, muitas vezes se direciona para evitar maiores violações. Territórios em disputa como espaços que concentram uso de drogas e tornam-se alvos de projetos de renovação enaltecem a variedade de violações possíveis, sendo muitas delas abafadas pelas violências explícitas praticadas arbitrariamente pelas forças policiais contra as pessoas destas determinadas localidades. Entre 2016 e 2017, São Paulo e Bogotá evidenciaram o desafio para as políticas de cuidado junto à população em situação de rua destes territórios, pois, além da quebra de continuidade de projetos que se diluem em disputas políticas ideológicas e partidárias, a rotina de trabalhos das equipes era atravessada sistematicamente por bombas e balas de borracha disparadas pela polícia (Calil *et al.*, 2018; Calil, 2021; Tovar *et al.*, 2017).

Na última década, locais como a 'Cracolândia' de São Paulo e 'Bronx' de Bogotá, por exemplo, apresentaram violações massificadas. O descompasso de políticas públicas embaraçosas apresenta os constantes paradoxos e contradições. Em 2011, Rute⁸, uma mulher em situação de rua na região conhecida como 'Cracolândia', em São Paulo, relatou sobre os processos que os agentes de saúde faziam para buscá-la na calçada e levá-la ao tecnológico acompanhamento pré-natal durante o sexto mês de gestação. Entretanto, Rute não tinha casa. Possuía a garantia de acompanhamento pré-natal sem a garantia de ter onde dormir. Dolorosa contradição.

As pessoas das comunidades afetadas se misturam em um único balaio de violações de direitos humanos, e os níveis de violência rebatem em diversas dimensões da vida e das subjetividades das pessoas (Calil, 2021). As bombas e os óbitos provocados pela força policial e as expropriações de comércios e moradias locais somam-se à fragilidade econômica das comunidades, evidenciando mais uma das especificidades da efetiva violência Estatal (Han, 2012). Podemos dizer que estes territórios se configuram como um estado de exceção, pois a aplicação da lei também é desigual, pois é negociada, a todo instante, de acordo com os

⁸ Nome fictício para preservar anonimato.

interesses e circunstâncias (Calil, 2015; Rolnik, 2019; Rolnik; Calil, 2021). E assim, como consequência do aumento das violências, seja pela policial, pelas proporcionadas pelo avanço do capital, pelo desprovimento de moradia e pelos golpes simbólicos na subjetividade das pessoas, fica explícita a atual relação não-humana entre sociedade e Estado na produção de cidades como São Paulo e Bogotá, que segue desenraizando identidades de pessoas e lugares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de forças do mercado, dos interesses geopolíticos justificados pela ‘Guerra às drogas’ e das representações sociais morais em torno da cocaína, que a presença e dinâmica em torno desta substância é capaz de produzir territórios urbanos que expressam extrema desigualdade e violência generalizada, inclusive sob responsabilidade da gestão pública. Por trás dos benefícios apresentados pelo desenvolvimento econômico enunciado pelo ‘neoliberalismo’, buscamos aqui explicitar as contradições que evidenciam as assimetrias políticas-econômicas-geográficas associadas à economia da coca-cocaína e seus efeitos rebotes no planejamento urbano. Políticas de drogas repressivas atreladas ao aparato urbanístico tornam-se elementos chave na reprodução de desigualdades e violências históricas em territórios urbanos de cidades latino-americanas como São Paulo e Bogotá.

Recentemente, as cenas públicas de uso de drogas em contexto urbano tornam-se mercadorias políticas em disputas eleitorais pontuais, que, com intenções de aniquilamento, obviamente não aprofundam os pontos necessários para a prática de políticas públicas e urbanas humanizadas. Assim, propomos que a questão das drogas passe a associar-se aos elementos do ‘complexo urbanístico’ apresentado por Rolnik (2015), que, para além dos elementos do setor imobiliário-financeiro, do mercado eleitoral e do setor automobilístico, os territórios que acolhem modos de vida informais e a concentração do uso de drogas também sejam vistos como possíveis ferramentas para justificar transformações e favorecer a reprodução de capital em contexto urbano latino-americano. A moral e o estigma alimentados pela ilegalidade como impulso para manobras políticas capitalísticas.

Por fim, consideramos importante ressaltar que as sociedades de países da América Latina e suas cidades, como São Paulo no Brasil e Bogotá na Colômbia, não são apenas vítimas de forças financeiras exteriores, mas seguem ativas, retroalimentando e perpetuando lógicas de dominação internamente em ritmo forte de pós-colonialidade (Porto-Gonçalves; Quental, 2012).

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. **Cocaína - a rota caipira**: o narcotráfico no principal corredor de drogas do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2017.
- ALMANDOZ, Arturo. *Planning Latin American's Capital Cities, 1850-1950*, Routledge, Londres, 2002.
- ARAÚJO, Tarso. **Almanaque das drogas**. São Paulo: Leya, 2012.
- BOWLEY, Jenna. *Robin Hood or Villain: The Social Constructions of Pablo Escobar*. Honors College. 109. University of Maine, Maine, United States, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3jc1Zjc>
- BRANQUINHO, E. S.; **Campos Elíseos no centro da crise**: a reprodução do espaço no Centro de São Paulo. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2007.
- CALIL, T. G. **Cenas públicas de uso de drogas e a produção do risco em cidades latinoamericanas**: consumo do espaço e efeitos sociais - aproximações entre São Paulo, Bogotá e Medellín. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 2021a.

CALIL, T. G. Cocaína fumada: consumo do espaço e efeitos sociais em cidades latinas - aproximações entre São Paulo e Bogotá. **Revista Cultura y Droga**, Manizales. 26(31), 2021.

CALIL, T. G.; Martins, R. C. R.; Ryngeblum, M. Prevenção - Redução de Danos: des-aproximações arriscadas. In: PUPO, J. L.; TAKAHASHI, M. M.; CALIL, T. G. (Orgs.). **Cuidado na rua: ações de redução de danos em contexto do uso de drogas no centro da cidade de São Paulo**. 1. ed. São Paulo: É de Lei, v. 01, p. 12-17, 2018.

CALIL, T. G; **Condições do lugar**: Relações entre saúde e ambiente para pessoas que usam crack no bairro da Luz, especificamente na região denominada cracolândia. 2015. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CARNEIRO, H. O uso das drogas como impulso Humano e a crise do Proibicionismo in **Drogas e Sociedade**: perspectivas para além do proibicionismo. Instituto de Saúde, São Paulo, p.23-32, 2017.

CORTÉS, E., METAAL, P. Mercados de cocaína fumable en América Latina y el Caribe: Llamamiento a favor de una repuesta sostenible en materia de política, 2019. TNI. Disponível em: <https://bit.ly/3idMrw7>

ESCOHOTADO, A. **História Elementar das Drogas**. Lisboa: Antígona, 2004.

GFI (Global Financial Integrity). **Flujos financieros ilícitos y Colombia**, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3liSXDU>

GFI (Global Financial Integrity). **Transnational Crime and the Developing World**, 2017. disponível em: <https://bit.ly/3yhTQAK>

HAN, Clara. **Life in Debt: times of care and violence in Neoliberal Chile**. 1.e. Los Angeles: University of California Press, 2012.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

JUNIOR, Ozelito Possidônio de Amarante et al. Glifosato: propriedades, toxicidade, usos e legislação. **Química Nova** [online]. 2002, v. 25, n. 4 Acessado 29 Julho 2021, pp. 589-593. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-40422002000400014>.

KRUPANSKI, M.; EVANS, S. *A Right to the City? Harm Reduction as Urban Community Development and Social Inclusion*. **Projections**. Practices of Health in Unruly Environments, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2TKpeZ5>

MARTINS, M.L.R; São Paulo, centro e periferia: a retórica ambiental e os limites da política urbana. **Estudos Avançados**, 25 (71), p. 59 - 72, 2011.

MENDONÇA, Márcio José. **A cidade como espaço de batalha urbicida**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

MENEZES, Letícia Ferreira. **Entre a saúde e a repressão** – políticas públicas na região da Cracolândia SP. Dissertação (Mestrado) - São Paulo, Universidade de São Paulo, 2016.

PALEY, Dawn Marie. *Capitalismo antidrogas. Una Guerra contra el pueblo*. **Sociedad Comunitaria de Estudios Estratégicos**. México: Libertad bajo la Palabra, 2018.

PINZÓN, Hermes Tovar. **Colômbia**: droga, economia, guerra y paz - (Temas de hoy). Colección Grandes Temas - Planeta Colombiana Editorial S.A., Santafé de Bogotá, DC, 1999.

PORTO-GONCALVES, Carlos Walter; DE ARAUJO QUENTAL, Pedro. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Polis**, Santiago, v. 11, n. 31, p.295-332, abr. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3rj15Pj> acesso em 06 mar. 2021.

RESTREPO, Andrés López. *Ilusiones defraudadas: auge y caída del comercio legal de coca y cocaína en los países andinos*. **Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura** 45.2 pp- 233-260, 2018.

RODRIGUES, Thiago. **Apresentação do livro "Geopolítica das drogas"** / Alain Labrousse. São Paulo: Desatino, 2010.

- ROLNIK, R. Paisagens para renda, paisagens para vida: disputas contemporâneas pelo território urbano. **Indisciplinar**, 5(1), 18–43, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/379EEcu>
- ROLNIK, R.; CALIL, T. G. Território e Proibição – guerras drogas ou guerra aos pretos e pobres? **Projeto: Drogas - Quanto Custa proibir?** Publicado em 08 maio. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3ii32ij> Acessado em 29 jul. 2021.
- ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
- RUI, Taniele. **Nas tramas do crack: etnografia da abjeção**. São Paulo: Terceiro nome, 2014.
- SANTONI, Mirta y TORRES, Graciela. *La coca (erythroxylum coca). Masticando su historia*. En Revista Kallaway. Instituto de Investigaciones en Antropología Médica y Nutricional. Número especial “La hoja de coca y el coqueo”. La Plata-Salta, 2010.
- SCOTT, Peter Dale; MARSHALL, Jonathan. **Cocaine Politics: Drugs, Armies, and the CIA in Central America**. Los Angeles: University of California Press, 1991.
- SUÁREZ, Carlos José. Políticas de renovação urbana no Centro Histórico de Bogotá, Colômbia. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, vol. 14, núm. 2, pp. 147-168. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Recife, Brasil, 2012.
- TINAJERO, Giovanni Perea. *Urbicídio: consecuencias espaciales de la destrucción material de las ciudades*. **Revista Reflexiones Marginales**, Número 51, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3rMiQNN>
- TORCATO, Carlos Eduardo Martins. **A história das drogas e sua proibição no Brasil: da Colônia à República**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2016.
- TOVAR, M.; THOMAS, M. T.; DELGADO, C. E. T.; TORRES, Y. G.; FORERO, G. D. *et al.*; **Destapando la Olla: informe Sombra sobre la intervención en el Bronx**. 1. ed. Bogotá, 2017.
- UNODC (United Nations Office of Drugs and Crime). **World Drug Report 2018**. (United Nations publication, Sales No. E.18.XI.9), 2018.
- UNODC (United Nations Office of Drugs and Crime). **World Drug Report 2019**, United Nations Office on Drugs and Crime. (No. E.19.XI.8), 2019.
- UNODC. (Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito). **Sistema Integrado de Monitoreo de Cultivos Ilícitos (SIMCI), Monitoreo de territorios afectados por cultivos ilícitos 2018**, Bogotá: UNODC-SIMCI, 2019a.
- VARANDA, W.; ADORNO, R. C. F. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Revista Saúde e Sociedade** v.13, n.1, p.56-69, jan-abr 2004.
- VASCONCELOS, Daniel Bruno. A Geografia das Drogas no continente Americano: entre o poder hegemônico e a periferia. In: COSTA, Wanderley Messias da; VASCONCELOS, Daniel Bruno. (Org.). **Geografia e Geopolítica da América do Sul: integrações e conflitos**. 1ed.São Paulo: FFLCH/USP, v., p. 188-202, 2019.

INFORMAÇÕES DOS AUTORES

Thiago Godoi Calil da Costa

Pós-doutor em Geografia Humana/Urbana na Faculdade de Ciências e Tecnologia na UNESP, campus Presidente Prudente-SP.

Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - FSP/USP.

E-mail: calil.thiago@alumni.usp.br

Orcid: orcid.org/0000-0003-1052-6578

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3097711027278415>

Rubens de Camargo Ferreira Adorno

Doutor em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo/USP.

Programa de Pós Graduação em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo/USP.

E-mail: rubens.adorno@gmail.com

Orcid: orcid.org/0000-0002-8772-3222

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7427719296567082>

Recebido em: 25/04/2021

Aceito em: 10/07/2021